

9º SIMULADO

DEPEN

AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

9º Simulado DEPEN

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DEPEN-12-07-20>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

Dialética da mudança

Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las. É natural que isso aconteça, quando mais não seja por que as certezas nos dão segurança e tranquilidade. Pô-las em questão equivale a tirar o chão de sob nossos pés. Não necessito dizer que, para mim, não há verdades indiscutíveis, embora acredite em determinados valores e princípios que me parecem consistentes. De fato, é muito difícil, senão impossível, viver sem nenhuma certeza, sem valor algum.

No passado distante, quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas, poucos eram os que os questionavam, mesmo porque, dependendo da ocasião, pagavam com a vida seu inconformismo.

Com o desenvolvimento do pensamento objetivo e da ciência, aquelas certezas inquestionáveis passaram a segundo plano, dando lugar a um novo modo de lidar com as certezas e os valores. Questioná-los, reavaliá-los, negá-los, propor mudanças às vezes radicais tornou-se frequente e inevitável, dando-se início a uma nova época da sociedade humana. Introduziu-se o conceito não só de evolução como o de revolução.

Naturalmente, essas mudanças não se deram do dia para a noite, nem tampouco se impuseram à maioria da sociedade. O que ocorreu de fato foi um processo difícil e conflituado em que, pouco a pouco, a visão inovadora veio ganhando terreno e, mais do que isso, conquistando posições estratégicas, o que tornou possível influir na formação de novas gerações, menos resistentes a visões questionadoras.

A certa altura desse processo, os defensores das mudanças acreditavam-se senhores de novas verdades, mais consistentes porque eram fundadas no conhecimento objetivo das leis que governam o mundo material e social. Mas esse conhecimento era ainda precário e limitado.

Inúmeras descobertas reafirmam a tese de que a mudança é inerente à realidade tanto material quanto espiritual, e que, portanto, o conceito de imutabilidade é destituído de fundamento.

Ocorre, porém, que essa certeza pode induzir a outros erros: o de achar que quem defende determinados valores estabelecidos, em contraposição a outros considerados inovadores, está indiscutivelmente errado. Em outras palavras, bastaria apresentar-se como inovador para estar certo. Será isso verdade? Os fatos demonstram que tanto pode ser como não.

Mas também pode estar errado quem defende os valores consagrados e aceitos. Só que, em muitos casos, não há alternativa senão defendê-los. E sabem por quê? Pela simples razão de que toda sociedade é, por definição, conservadora, uma vez que, sem princípios e valores estabelecidos, seria impossível o convívio social. Uma comunidade cujos princípios e normas mudassem a cada dia seria caótica e, por isso mesmo, inviável.

Por outro lado, como a vida muda e a mudança é inerente à existência, impedir a mudança é impossível. Daí resulta que a sociedade termina por aceitar as mudanças, mas apenas aquelas que de algum modo atendem a suas necessidades e a fazem avançar.

(Ferreira Gullar)

01. De acordo com o Texto, a dialética da mudança é devida à polêmica entre o reconhecimento dos valores inovadores e a presença de outros, consagrados, que garantem a vida em sociedade.

02. Ao defender a ideia de que a mudança é inerente à realidade, o autor apresenta como contra-argumento que as certezas proporcionam segurança e tranquilidade para a vida em sociedade.

03. Com relação às ideias e às estruturas do texto acima, julgue o item que se segue. Os acentos gráficos das palavras “princípios” e “impossível” têm a mesma justificativa gramatical.

04. “Certamente porque não é fácil compreender certas questões, as pessoas tendem a aceitar algumas afirmações como verdades indiscutíveis e até mesmo a irritar-se quando alguém insiste em discuti-las”.

Considerando as estruturas linguísticas e os sentidos do trecho, julgue o próximo item.

Há predominância do emprego do presente do modo subjuntivo nas formas verbais do trecho acima.

05. “Ocorre, **porém**, que essa certeza pode induzir a outros erros”

Com referência às ideias e às estruturas do trecho acima, julgue o item que se segue.

Sem prejuízo para o sentido da oração e para a correção gramatical, a expressão em destaque poderia ser substituída por “todavia”.

06. O fato é que **sob a denominação “reforma trabalhista”** se abrigam muitas intenções diferentes a respeito do modelo mais adequado às necessidades dos trabalhadores.

Seriam preservados o sentido original e a correção gramatical do trecho caso o fragmento “sob a denominação 'reforma trabalhista'” (em destaque) fosse isolado por vírgulas.

07. “a mudança é inerente à existência”

O emprego do sinal indicativo de crase em “à existência” justifica-se pela regência de “inerente”, que exige complemento antecedido da preposição **a**, e pela presença de artigo feminino singular antes de “existência”.

08. “A ética e a moral não se desvinculam da questão dos princípios da convivência em sociedade, já que, por mais alargados que pareçam os direitos, urge que sejam regulamentadas as vinculações cidadãos dos direitos e deveres”.

No trecho, a locução “já que” introduz no período em que ocorre uma ideia de conclusão.

09. “Quando os valores religiosos se impunham à quase totalidade das pessoas”

No que se refere aos sentidos, à estrutura e aos aspectos gramaticais do trecho, julgue o item a seguir.

O termo “pessoas” exerce a função de sujeito da oração em que se insere.

10. “Uma inovação é o Programa de Avaliação Continuada, criado como alternativa ao exame final, em que alunos são acompanhados em seu desempenho ao longo do ensino médio”

Julgue o item que se segue com relação às ideias e estruturas do trecho.

O pronome relativo “que” refere-se a “exame final”.

11. “Temos a obrigação de denunciar os abusos sofridos pelos trabalhadores ao longo dos anos”

No que se refere às ideias e a aspectos linguísticos do trecho acima, julgue os próximos itens. Em “a obrigação de denunciar”, a correção gramatical seria mantida se a preposição “de” fosse substituída por **em**.

12. “ Mas, talvez por causa da ironia sem dó de Machado de Assis, a loucura da personagem Rubião fica somente em torno de sua pessoa, sem tentar partir e corrigir os erros do mundo”.

Acerca das ideias desenvolvidas no trecho acima, julgue **(C ou E)** o item subsequente. O advérbio “talvez” exigiria o emprego do modo subjuntivo, no entanto, o autor do trecho optou pelo emprego da forma verbal no indicativo (“fica”), privilegiando, assim, a ideia de atualidade do seu discurso e a aproximação com o leitor.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**Herbert Almeida**

Acerca do o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990), julgue os itens a seguir.

13. José ausentou-se do serviço durante o expediente, sem solicitar previa autorização ao seu chefe imediato. Nesse caso, incorreu em proibição punível com penalidade de advertência, que deve ser aplicada oralmente ou por escrito.

14. A aplicação das penalidades de advertência e de suspensão fica registrada pelo prazo de três e cinco anos, respectivamente, após o qual o registro é cancelado, desde que o servidor não pratique nova infração disciplinar no período.

RACIOCÍNIO LÓGICO**Guilherme Neves**

O setor de marketing do Estratégia possui 30 funcionários, sendo 10 do sexo feminino. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

15. A quantidade de maneiras distintas de se selecionar 5 funcionários do setor de marketing de forma que 4 sejam do sexo feminino é superior a 4.500.

16. A quantidade de maneiras distintas de se selecionar 4 funcionários do setor de marketing de forma que pelo menos 2 sejam homens é superior a 25.000.

17. Se 2 pessoas são selecionadas simultaneamente e aleatoriamente, a probabilidade de que ambas sejam mulheres é superior a 10%.

Em uma reunião de professores do Estratégia, os professores presentes foram separados nas equipes A, B e C, em que as quantidades de professores em cada equipe são números diretamente proporcionais a 2, 3 e 5, respectivamente. Nessa situação, julgue os itens a seguir.

18. Se a equipe C tiver mais de 14 professores, então A e B, juntas, terão menos de 13 professores.

19. É possível que a equipe A tenha 9 professores.

20. A quantidade de professores nas equipes B e C, juntas, é igual a 4 vezes a da equipe A.

Em uma pesquisa feita com 70 pessoas sobre o consumo de três frutas (banana, maçã e uva), foi constatado que:

- 11 pessoas gostam de banana, maçã e uva;
- 23 pessoas gostam de banana e uva;
- 19 pessoas gostam de maçã e uva;
- 27 pessoas gostam de banana e maçã;
- 44 pessoas gostam de banana;
- 40 pessoas gostam de maçã;
- 34 pessoas gostam de uva.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

21. Entre as pessoas que participaram da pesquisa, 15 pessoas não gostam de nenhuma das três frutas da pesquisa.

22. Entre as pessoas que participaram da pesquisa, 13 pessoas gostam de somente uma das três frutas mencionadas na pesquisa.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

Sobre redes locais, LAN, e seus protocolos básicos de rede, julgue os próximos itens.

23. O termo Backbone pode ser compreendido como espinha dorsal, já que é o sistema central responsável por manter a estrutura de comunicação da rede.

24. O Protocolo de apresentação DHCP (Dynamic Host Configuration Protocol) é o responsável por atribuir endereços de rede aos dispositivos que se conectam à rede.

Acerca de banco de dados e estruturação do modelo ER, julgue a próxima assertiva.



25. De acordo com o modelo entidade-relacionamento apresentado, um empregado pode estar lotado em um departamento apenas, mas o departamento pode ter vários empregados lotados.

Sobre soluções de Business Intelligence e suíte Microsoft Office, julgue o próximo item.

26. Em Power BI é possível importar projetos do Excel, por exemplo, e outros tipos de arquivos para alimentação de um sistema de dados. Porém, esse processo se torna demorado e muitas vezes pode prejudicar o sistema e relatórios em Power BI com tantas informações importadas.

Sobre sistemas de armazenamento em disco e procedimentos de backup, julgue o próximo item.

27. O sistema de backup do tipo Offline permite aos programas gerenciadores de cópias realizarem o procedimento enquanto o sistema não estiver conectado à internet.

Julgue o próximo item acerca de noções de comunicações em rede.

28. Uma convergência de redes de comunicação pode ser compreendida com a unificação de duas ou mais redes distintas, facilitando a comunicação e permitindo o compartilhamento dos serviços prestados por elas.

Considerando os tipos de ataques e pragas maliciosas, julgue o próximo item.

29. Uma das ações do Rootkit é remover as evidências de reprodução dos malwares, sendo que para isso ele poderá apagar ou alterar arquivos de logs do sistema.

Enquanto navegamos pelas páginas web na internet são gerados vários cookies da navegação no computador do usuário. Considerando o aplicativo de navegação Chrome, configuração padrão e instalação em português, julgue o próximo item.

30. O termo Cookie pode ser corretamente caracterizado como imagens e outros elementos de uma página que são salvos no computador durante a navegação na internet.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

Julgue as próximas afirmações, sobre os direitos e deveres individuais e coletivos:

31. O habeas corpus e o habeas data são ações gratuitas que dispensam a assistência de advogado.

32. Segundo a Constituição Federal, o Poder Judiciário poderá autorizar a interceptação telefônica para instruir processo civil ou criminal nos casos estabelecidos em lei.

No que diz respeito aos órgãos de segurança pública, julgue o que se segue:

33. Os municípios poderão instituir guardas municipais, que não são propriamente órgãos policiais de segurança pública, mas que serão responsáveis pela proteção de seus bens, serviços e instalações.

34. A polícia penal federal é responsável pelo patrulhamento repressivo do sistema penal dos entes aos quais se encontram vinculadas.

Julgue a afirmativa a seguir, sobre direitos políticos presentes na CF/88:

35. O militar que contar mais de dez anos de serviço e decidir se candidatar a algum cargo eletivo deverá afastar-se definitivamente da atividade.

No que se refere aos direitos sociais elencados na atual Constituição, julgue o que afirma abaixo:

36. Os direitos de greve e de associação sindical são, por se enquadrarem na categoria de direitos coletivos sociais, classificados como normas programáticas e de eficácia limitada.

Acerca dos direitos de nacionalidade, julgue a afirmação subsequente:

37. O indivíduo originário de qualquer país estrangeiro e que viva há mais de 15 anos no Brasil, desde que não apresente condenação penal, poderá solicitar sua naturalização.

Julgue o que se afirma a seguir, sobre as regras constitucionais relativas ao Poder Executivo:

38. O Presidente da República somente poderá ser processado por crimes cometidos na vigência e em conexão com o mandato, mediante autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Determinada unidade administrativa pretende iniciar os trâmites para a realização de licitação para a execução de uma obra em seu edifício sede. A previsão inicial é de que a obra não ultrapasse o limite do valor da modalidade convite.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

39. Para a realização do procedimento licitatório, deve haver a elaboração de um projeto básico aprovado pela autoridade competente, elaborado com base em indicações de estudos técnicos preliminares.

40. Além do projeto básico, é indispensável a apresentação prévia do projeto executivo, com a definição dos elementos necessários e suficientes para a execução completa da obra.

41. O procedimento licitatório poderá ser realizado nas modalidades concorrência, tomada de preços ou convite.

Com relação ao processo administrativo federal, nos termos da Lei nº 9.784/1999, julgue os itens seguintes.

42. Nos processos administrativos, a administração pública deve interpretar a norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

43. O processo administrativo deve observar a rigidez nas formas, adotando todas as formalidades necessárias para assegurar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.

44. Os atos administrativos que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação devem ser necessariamente motivados, por expressa determinação legal.

A respeito da responsabilidade civil estatal, julgue os itens a seguir, com base na situação hipotética a seguir.

Em um presídio federal, um dos presos sofreu lesões em decorrência de uma briga, envolvendo outros detentos, o que fez surgir a necessidade de sua internação em hospital para tratar dos ferimentos. Após a apuração dos fatos, constatou-se que o detento lesionado não participava da confusão, mas acabou sendo atingido porque passava no local no momento da briga.

45. Nessa situação, o Estado será responsabilizado de forma objetiva, pois possuía o dever de assegurar a integridade dos detentos sob sua custódia.

46. Os servidores responsáveis pela guarda dos presos não poderão ser responsabilizados em ação de regresso, caso comprovada sua atuação dolosa ou culposa na ocorrência dos danos aos detentos.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

47. Analise a assertiva que segue. A lei temporária e a excepcional continuam aplicáveis a fato praticado durante sua vigência, mesmo tendo decorrido o seu período de duração.

48. No que tange ao tempo e lugar do crime, avalie a afirmação seguinte. É considerado o lugar do crime tanto aquele onde o agente pratica os atos executórios, como também aquele onde deveria produzir-se o resultado.

49. Sobre a aplicação da lei penal no espaço, responda a assertiva que segue. Será aplicável a lei penal brasileira a crime cometido contra a administração pública por servidor público em serviço, ainda que seja um crime praticado no estrangeiro.

50. Com relação à conduta dolosa e culposa analise o item a seguir. O agente que age com culpa consciente tem a antevisão do resultado, prevê e aceita a superveniência do resultado de sua conduta.

51. Segundo a doutrina, o erro de tipo divide-se em essencial e ou accidental. O Código penal preceitua que o erro de tipo essencial permite a diminuição de pena, nos parâmetros previstos em lei, caso seja ele escusável.

52. No que diz respeito ao crime, julgue o item a seguir. O crime será impossível quando não há, em razão da ineficácia relativa do meio empregado, violação ao bem jurídico tutelado pelo tipo penal.

53. No furto privilegiado, se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um terço a metade, ou aplicar somente a pena de multa.

54. Com relação aos crimes praticados pelo funcionário público, julgue o item a seguir. Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem comete o crime de corrupção passiva privilegiada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Priscila Silveira**

55. No que diz respeito à aplicação da lei processual penal no espaço, analise a afirmativa a seguir. Em relação à aplicação da lei processual penal no espaço, vigora o princípio da territorialidade.
56. Com relação ao Inquérito Policial julgue o item a seguir. Por ter como característica a inquisitorialidade, no inquérito policial é dispensada a ampla defesa e o contraditório, razão pela qual os seus elementos de informação, ainda que documentados, não são disponibilizados ao defensor do investigado.
57. Com relação ao Inquérito Policial julgue o item a seguir. Se o investigado estiver solto, o inquérito policial não terá prazo definido para o encerramento. No entanto, se estiver preso, ele deverá ser encerrado em até 10 dias.
58. No que tange à ação penal analise a afirmativa que segue. Na ação penal, a representação figura como uma condição de procedibilidade, sendo que a sua ausência impede que o Ministério Público ofereça a denúncia.
59. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
60. No que diz respeito à liberdade provisória e o instituto da fiança, julgue o item subsequente. De acordo com o entendimento jurisprudencial, os crimes inafiançáveis são insuscetíveis de concessão de liberdade provisória com ou sem fiança.
61. No processo dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, em sendo a infração afiançável, o juiz deve mandar autuar a denúncia e ordenar a notificação do acusado para responder por escrito à acusação no prazo de 10 dias.

62. Julgue a afirmativa que segue. O Membro do Ministério Público tem legitimidade ativa para impetrar *habeas corpus*, caso constate alguma das hipóteses de ilegalidade na prisão do autor do delito.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**Ricardo Torques**

- A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um marco na história dos direitos humanos. Sobre esse importante documento, julgue os itens a seguir:
63. A Declaração Universal dos Direitos Humanos veda expressamente o exílio.
64. A Declaração Universal dos Direitos Humanos apresenta como foco o indivíduo, desconsiderando por completo qualquer dever que este tenha para com a comunidade na qual está inserido.
- O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) busca dar concretude aos direitos humanos básicos dos brasileiros, alinhando as políticas públicas aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Desse modo, julgue os itens seguintes:
65. O Eixo Orientador II, ao tratar do desenvolvimento e dos direitos, apresenta como uma de suas diretrizes a valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento.
66. O PNDH-3 apresenta eixo orientador voltado à universalização de direitos diante de um contexto de desigualdades, buscando o combate às desigualdades estruturais e a garantia da igualdade na diversidade.

A Constituição Federal de 1988 apresenta vários dispositivos garantidores e efetivadores dos direitos humanos. Com base no texto constitucional e no posicionamento dos Tribunais Superiores, julgue os itens:

67. O Supremo Tribunal Federal entende ser cabível que o condenado faça-se substituir por terceiro na prestação de serviços à comunidade.

68. Para o Supremo Tribunal Federal, não há óbice na manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso diante da falta de estabelecimento penal adequado.

69. A Constituição Federal veda expressamente a pena de morte, “salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX” e, por este motivo, não é admitida a entrega de extraditando quando esta fora pena prevista no Estado requerente.

Com base no Decreto nº 9.759 de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, julgue o item:

70. A aplicação do Decreto abrange os colegiados instituídos por lei, por decreto, por ato normativo inferior a decreto e por ato de outro colegiado.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Paulo Guimarães/Marcos Girão

71. No que diz respeito aos crimes previstos na lei que define organização criminosa (Lei n. 12.850/2013), é possível a formação de organização criminosa com o intuito de praticar infração de caráter transnacional cuja pena máxima cominada seja inferior a quatro anos.

72. Segundo a Lei n. 12.850/2013 (Organizações Criminosas), a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa é resultado necessário para que o agente que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal obtenha o benefício da colaboração premiada.

73. Julgue o item abaixo:

Nos termos da Lei n. 9.613/1998, que trata de delitos de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, configura crime ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de qualquer infração penal.

74. De acordo com a Lei n. 13.869/2019, comete crime de abuso de autoridade o agente público que submeter o preso a interrogatório policial quando capturado em flagrante delito.

75. De acordo com a Lei n. 13.869/2019, comete crime de abuso de autoridade quem deixar de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal, mesmo que justificadamente.

76. De acordo com a Lei n. 13.869/2019, reputa-se agente público, para os efeitos de aplicação da lei, apenas aquele que exerce, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.

77. Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da própria vítima ou de terceira pessoa constitui crime de tortura previsto na Lei n. 9.455/1997.

78. De acordo com a Lei Federal n. 12.846/2013, na esfera administrativa, serão aplicadas às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção as seguintes sanções: multa e publicação extraordinária da decisão condenatória.

79. De acordo com a lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992) o juiz extinguirá o processo administrativo sem julgamento de mérito, em qualquer fase do processo, caso seja reconhecida a inadequação da ação de improbidade.

80. De acordo com a Lei n. 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), para adquirir arma de fogo de uso restrito o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender, dentre outros requisitos, a comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos.

EXECUÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

81. Considere a seguinte situação hipotética.

Ran foi condenado à pena privativa de liberdade de seis anos, em regime fechado, pela prática do crime de estupro, com violência real. Tendo cumprido dois anos da pena aplicada, requereu a progressão de regime, tendo sido expedido, pelo diretor do presídio, atestado comprovando seu bom comportamento carcerário. O pedido foi deferido pelo juiz.

Nessa situação, o juiz agiu incorretamente, tendo em vista que, tratando-se de delito praticado com violência contra a pessoa, torna-se imprescindível a realização de exame criminológico.

82. Gerson, com vinte e um anos de idade, e Gilson, com dezesseis anos de idade, foram presos em flagrante pela prática de crime. Após regular tramitação de processo nos juízos competentes, Gerson foi condenado pela prática de extorsão mediante sequestro e Gilson, por cometimento de infração análoga a esse crime.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Conforme entendimento dos tribunais superiores, tendo sido condenado pela prática de crime hediondo, Gerson deverá ser submetido ao exame criminológico para ter direito à progressão de regime.

83. De acordo com a Lei de Execução Penal — Lei n. 7.210/1984 —, julgue o item subsequente.

Os condenados pela prática de qualquer crime hediondo serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por técnica adequada e indolor.

84. Com relação a assistência educacional e a assistência do trabalho do preso, fatores fundamentais para o reingresso do apenado na sociedade, julgue o item seguinte.

Situação Hipotética: João, em cumprimento de pena em regime fechado, ao executar serviço de limpeza dentro do estabelecimento prisional, acidentou-se gravemente, o que resultou na perda de um dos dedos de sua mão direita.

Assertiva: Nessa situação, e considerando-se o fato de que o trabalho interno é remunerado, João tem direito a indenização com base nas disposições legais trabalhistas.

85. Julgue o item abaixo de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

O rol do art. 50 da Lei de Execuções Penais (Lei n. 7.210/1984), que prevê as condutas que configuram falta grave, é taxativo, não possibilitando interpretação extensiva ou complementar, a fim de acrescer ou ampliar o alcance das condutas previstas.

86. Julgue o item abaixo de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente configura falta disciplinar de natureza grave

87. A Lei n. 7.210/84, ao tratar da disciplina do preso, previu a existência do regime disciplinar diferenciado, caracterizando-o. Dispôs que estarão sujeitos a tal regime tanto os presos provisórios como os condenados, nacionais ou estrangeiros, que apresentem alto risco para a ordem e para a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.

88. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto podem obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, em casos de falecimento ou doença grave de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão ou para necessidade de tratamento médico.

89. No que se refere ao direito processual penal, julgue o item, segundo o entendimento dos tribunais superiores e da doutrina dominante.

Segundo entendimento do STJ, é prescindível a realização do processo administrativo disciplinar, com a presença de advogado constituído ou defensor público, para apuração do cometimento de falta grave no âmbito da execução penal.

90. Julgue o item subsequente, com relação às disposições da Lei de Execução Penal (LEP).

O condenado que for acometido por doença mental durante o cumprimento da pena deverá ser internado em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

91. Julgue o item subsequente, com relação às disposições da Lei de Execução Penal (LEP).

A determinação do regime de cumprimento de condenado por mais de um crime em processos distintos deve ser feita pelo resultado da soma ou uni cação das penas, observadas, quando for o caso, a detração ou a remição.

92. Com relação a nulidades no processo penal, a recursos em geral e a execução penal, julgue o item a seguir.

A prática de falta grave pelo apenado, no curso da execução penal, acarreta a perda da totalidade dos dias remidos com trabalho, recomeçando-se a contagem a partir da data da infração disciplinar.

93. À luz da LEP, julgue o próximo item, referentes ao trabalho do preso. A legislação limita o trabalho feito pelo preso provisório àquele que pode ser realizado externamente ao estabelecimento prisional em que o indivíduo se encontre e na medida de suas aptidões e capacidade.

94. Com relação a assistência educacional e a assistência do trabalho do preso, fatores fundamentais para o reingresso do apenado na sociedade, julgue o item seguinte.

O trabalho remunerado é obrigatório ao preso e deve vincular-se a sua capacidade e aptidão, ressalvada essa obrigatoriedade para o segregado provisório, para quem o trabalho será facultativo e limitado ao interior do estabelecimento prisional em que se encontre recolhido.

95. Julgue o item subsequente, com relação às disposições da Lei de Execução Penal (LEP).

Preso que praticar fato definido como crime, doloso ou culposo, ou falta grave deverá ser transferido para regime mais rigoroso.

96. De acordo com a portaria interministerial nº 4226 de 31 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública, anexo 1, julgue o item abaixo:

O ato de apontar arma de fogo contra pessoas durante os procedimentos de abordagem deverá ser uma prática rotineira e indiscriminada.

97. De acordo com a portaria interministerial nº 4226 de 31 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública, anexo 1, julgue o item abaixo:

Não é legítimo o uso de armas de fogo contra veículo que desrespeite bloqueio policial em via pública, a não ser que o ato represente um risco imediato de morte ou lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros.

98. De acordo com a portaria interministerial nº 4226 de 31 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública, anexo 1, julgue o item abaixo:

Os agentes de segurança pública não deverão disparar armas de fogo contra pessoas, exceto em casos de legítima defesa própria ou de terceiro contra perigo iminente de morte ou lesão grave.

99 Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

Nos estabelecimentos penais federais serão permitidas, para visita social em parlatório, o acesso de até 3 (dois) visitantes, contando com as crianças.

100. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

O acesso ao estabelecimento penal federal pelos visitantes será franqueado às pessoas devidamente cadastradas e previamente agendadas e deverá ocorrer com 30 (trinta) minutos de antecedência do horário agendado, sendo admitida tolerância máxima de 10 (dez) minutos, sob pena de cancelamento da visita.

101. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

O acesso à área de segurança está condicionado à apresentação de identificação e aos procedimentos de revista pessoal, nos termos do art. 97 do Anexo do Decreto nº 6.049, de 2007, e do manual de procedimentos e rotinas carcerárias.

102. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

À Divisão de Segurança e Disciplina compete definir a organização da rotina carcerária de forma a permitir que os demais agendamentos das visitas sociais não coincidam com os atendimentos em parlatórios.

103. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria nº 65/2019 que Dispõe sobre a formação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

A FTIP será composta por agentes federais de execução penal, agentes penitenciários estaduais e do Distrito Federal, na forma dos Acordos ou Convênios de Cooperação Federativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública celebrados com os Estados e com o Distrito Federal.

104. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

As visitas sociais nos estabelecimentos penais federais terão duração de até duas horas.

105. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

O diretor do estabelecimento penal federal, poderá estabelecer dias e horários diversos dos previstos nesta portaria para as visitas sociais em parlatório.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tiago Zanolla

COM BASE NO DECRETO N. 6.049/2007, julgue os itens a seguir:

106. Os direitos e deveres dos agentes penitenciários federais são definidos no Regime Jurídico do Estado em que servirem, sem prejuízo da observância de outras disposições legais e regulamentares aplicáveis

João foi autorizado a receber visitas extraordinárias.

Pedro foi assistir sessões de jogos esportivos no horário ordinário. Messias pode assistir sessão de cinema fora do horário normal. Já Jorge recebeu um elogio.

Acerca das hipóteses acima, julgue os itens a seguir:

107. João poderá receber as visitas extraordinárias, desde que autorizadas.

108. As visitas extraordinárias são consideradas regalias.

109. A situação de Pedro não constitui uma regalia.

110. Assistir sessões de cinema fora do horário normal é considerado uma regalia.

111. O elogio a Jorge deve ser formalizado por Portaria do Diretor do estabelecimento penal federal.

COM BASE NA PORTARIA DISPF Nº 11/2015, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:

112. A alimentação ao preso consiste no desjejum, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia.

113. Será fornecido ao preso, água potável, seis vezes ao dia.

114. Ao ingressar na penitenciária federal o preso receberá os seguintes materiais de higiene pessoal. O sabonete, o rolo de papel higiênico e o copo de detergente serão repostos semanalmente.

115. Ao ingressar na penitenciária federal o preso receberá os seguintes materiais de higiene pessoal. O pano de chão será repostos semestralmente.

116. Será permitido aos presos condenados ou provisórios internados nos estabelecimentos penais federais ter consigo, em cela, alguns objetos ou materiais. Caso necessário, as tornozeleiras deverão ser nas cores azul ou verde.

117. O preso, ao ingressar na penitenciária federal, receberá um enxoval. O par de tênis e o par de sandálias serão repostos a cada 12 meses.

COM BASE NA LEI Nº 11.671/2008 E NO DECRETO 6.877/2009, JULGUE OS ITENS A SEGUIR

118. Restando trinta dias para o encerramento do prazo de permanência do preso no estabelecimento penal federal, o Departamento Penitenciário Nacional comunicará tal circunstância ao

requerente da inclusão ou da transferência, solicitando manifestação acerca da necessidade de renovação.

119. Mediante requerimento da autoridade administrativa, do Ministério Público ou do próprio preso, poderão ocorrer transferências de presos entre estabelecimentos penais federais. Autorizada e efetivada a transferência, o Diretor do estabelecimento penal federal em que o preso se encontrava comunicará da decisão ao juízo de execução penal de origem, se preso condenado, ou ao juízo do processo, se preso provisório, e à autoridade policial, se for o caso.

120. Segundo o Decreto n. 6.049/2007, a classificação e a individualização da execução da pena será feita pela Comissão Técnica de Classificação.



Estratégia
Concursos

Prova Discursiva

Marcio Damasceno / Carlos Roberto

Desde meados da década de 1970, vem-se exacerbando, no Brasil, o sentimento de medo e insegurança. Não parece infundado esse sentimento. As estatísticas oficiais de criminalidade indicam, a partir dessa década, a aceleração do crescimento de todas as modalidades delituosas. Crescem mais rápido os crimes que envolvem a prática de violência, como os homicídios, os roubos, os sequestros, os estupros. Esse crescimento veio acompanhado de mudanças substantivas nos padrões de criminalidade individual bem como no perfil das pessoas envolvidas com a delinquência. [...]

Em todo o país, o alvo preferencial dessas mortes são adolescentes e jovens adultos masculinos das chamadas classes populares urbanas, tendência que vem sendo observada nos estudos sobre mortalidade por causas externas (violentas). Na Região Metropolitana de São Paulo, registros de mortes violentas revelam maior incidência nos bairros que compõem a periferia urbana, onde as condições sociais de vida são acentuadamente degradadas.

É provável que parte significativa dessas mortes se deva aos conflitos entre quadrilhas, associados ou não ao tráfico de drogas. A esse quadro, conviria agregar graves violações de direitos humanos, entre as quais as mortes praticadas por policiais em confronto com civis, suspeitos de haver cometido crimes, como também aquelas cometidas por justiceiros e grupos de extermínio. Ademais, ao longo das décadas de 1980 e 1990, observou-se intensificação de casos de linchamentos em todo o Brasil, particularmente nas regiões metropolitanas de São Paulo e em Salvador (Pinheiro; Adorno; Cardia e col.1999. In www.nevusp.org).

Finalmente, têm-se as mortes violentas provocadas por tensões nas relações intersubjetivas e que pouco têm em comum com a criminalidade cotidiana. Trata-se de um infindável número de situações, em geral envolvendo conflitos entre pessoas conhecidas, cujo desfecho acaba, muitas vezes até acidental e inesperadamente, na morte de um dos contendores. São os conflitos entre companheiros e suas companheiras, entre parentes, entre vizinhos, entre amigos, entre colegas de trabalho, entre conhecidos que frequentam os mesmos espaços de lazer, entre pessoas que se cruzam diariamente nas vias públicas, entre patrões e empregados, entre comerciantes e seus clientes.

As políticas públicas de segurança, justiça e penitenciárias não têm contido o crescimento dos crimes, das graves violações dos direitos humanos e da violência em geral. A despeito das pressões sociais e das mudanças estimuladas por investimentos promovidos pelos governos estaduais e federal, em recursos materiais e humanos e na renovação das diretrizes institucionais que orientam as agências responsáveis pelo controle da ordem pública, os resultados ainda parecem tímidos e pouco visíveis.

Ao que tudo indica, o crescimento dos delitos não foi acompanhado de uma elevação proporcional do número de inquéritos e processos penais instaurados. Suspeita-se que o número percentual de condenações vem caindo desde a década de 1980 e, por consequência, aumentando as taxas de réus isentos da aplicação de sanções penais. [...]

No domínio das prisões, esses fatos são indicativos de uma crise há tempos instalada no sistema de Justiça criminal. Todas as imagens de degradação e de desumanização, de debilitamento de uma vida cívica conduzida segundo princípios éticos reconhecidos e legítimos, parecem se concentrar em torno dessas “estufas de modificar pessoas e comportamentos”. As prisões revelavam a face cruel de toda essa história: os limites que se colocam na sociedade brasileira à implementação de uma política de proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana, nela incluído o respeito às regras mínimas estipuladas pela ONU para tratamento de presos.

ADORNO, S. . Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/Junh, p. 7-8, 2002. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/crimeeviolencianasociedadebrasileiracontemporanea.pdf>. Acesso em: 08/07/2020 (com adaptações)

A partir das ideias do texto precedente, que tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

VIOÊNCIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Em seu texto, aborde, necessariamente:

- a) principais problemas de violência nas grandes cidades; [valor: 6,50 pontos]
- b) custos econômicos da violência; [valor: 6,00 pontos]
- c) ações na área da segurança pública para solucionar o problema. [valor: 6,50 pontos]



Estratégia
Concursos

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DEPEN-12-07-20>

Conheça nosso Sistema de Questões

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Concursos

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner for 'Assinatura Ilimitada' featuring a close-up of an owl's face on the left. The text 'ASSINATURA ILIMITADA' is written in large, bold, blue letters. Below it, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, a yellow and blue price tag shows two options: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.